ISSN: 2358-8829

O MODELO CEARENSE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E GESTÃO EMPRESARIAL

João Eudes Cardim dos Santos [1]
Iris Freire Costa Belchior [2]
Karla Gonçalves de Oliveira [3]
Paulo de Assis Melo [4]
Islânia Fernandes Araújo [5]
Francisco José Alves de Aquino [6]

INTRODUÇÃO

A reestruturação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil adquiriu centralidade nas políticas públicas educacionais a partir da primeira década do século XXI, visando à superação da histórica dualidade estrutural entre a formação propedêutica para as elites e o ensino instrumental para as classes trabalhadoras. Fundamentada na concepção do trabalho como princípio educativo, a EPT busca articular ciência, cultura, tecnologia e trabalho no processo pedagógico, tendo no Ensino Médio Integrado a perspectiva da formação humana integral em sua acepção omnilateral. No Estado do Ceará, essa política traduziu-se na criação e expansão da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) a partir de 2008, institucionalizada pela Lei Estadual nº 14.273/2008, que estabeleceu a oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional em jornada de tempo integral. Contudo, a matriz pedagógico-administrativa dessa rede incorporou a Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), modelo

[1] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, jecs77@gmail.com;
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, iris.belchior@hotmail.com;
[3] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, karla.goncalves@ifce.edu.br;
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br;
[5] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, islania@ifce.edu.br;
[6] Professor orientador: doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federalde Santa Catarina, Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, fcoalves_aq@ifce.edu.br.

gestado pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) a partir da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), introduzindo premissas de gestão por resultados, cultura de metas e atitude empresarial no cotidiano da escola pública.

Como pesquisador do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e participante do CONEDU 2026, apresento esta investigação que toma a experiência cearense como objeto central de análise. A relevância e a justificativa do estudo fundamentam-se no fato de que o modelo das EEEPs se consolidou como uma referência de alta performance pedagógica e eficácia educacional no cenário nacional, ao mesmo tempo em que explicita a complexa incisão de tecnologias gerenciais privadas no espaço público escolar. Diante dessa conjuntura, o objetivo geral deste trabalho é analisar as determinações históricas, normativas e pedagógicas que sustentam a rede de EEEPs no Ceará, problematizando as tensões emergentes entre as proposições formais de formação omnilateral e a forte presença da racionalidade gerencial empresarial.

Para a consecução desse intento, a síntese metodológica apoia-se na abordagem qualitativa e descritiva sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, estruturando-se como um estudo de caso pautado na análise documental. O corpus analítico abrangeu o arcabouço normativo federal e estadual, incluindo as Leis nº 9.394/1996 e nº 11.741/2008, os Decretos nº 5.154/2004 e nº 6.302/2007, e a Lei Estadual nº 14.273/2008, além do manual operacional da TESE e dos relatórios oficiais de gestão da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE).

As discussões e resultados da pesquisa apontam que as EEEPs alcançaram expressivo êxito pedagógico mensurável, figurando nas posições de topo em avaliações de larga escala como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará), acompanhado de elevados índices de aprovação de egressos no ensino superior. Todavia, os dados revelam que a gestão orientada pelo Ciclo PDCA e pela pedagogia das competências molda o ambiente escolar sob a lógica do capital, estimulando o empreendedorismo e a autoeficácia como estratégias de adaptação individual ao mercado. Constatou-se, ainda, que a inserção direta dos formandos no mercado de trabalho técnico permanece em patamares reduzidos, sofrendo os impactos do desemprego estrutural e deslocando o foco principal dos estudantes para a continuidade dos estudos acadêmicos.

Em síntese conclusiva, o trabalho evidencia que o modelo cearense consolida uma hibridização entre a esfera pública e a racionalidade corporativa privada. Embora garanta

infraestrutura diferenciada, alimentação e permanência em tempo integral para milhares de jovens, o sistema subordina a formação técnica ao utilitarismo mercadológico, reiterando as contradições históricas da Educação Profissional e reafirmando a necessidade de resgatar o trabalho como princípio educativo genuinamente emancipador.

METODOLOGIA

Para a construção desta pesquisa, adotou-se uma abordagem metodológica de estudo de caso com caráter qualitativo e descritivo, orientando-se pelos pressupostos do materialismo histórico-dialético para apreender as determinações, mediações e contradições do objeto investigado.

O percurso metodológico estruturou-se a partir da combinação articulada entre análise documental e pesquisa bibliográfica:

Análise Documental: realizou-se o exame crítico do arcabouço normativo federal, incluindo as Leis nº 9.394/1996 (LDB) e nº 11.741/2008, e os Decretos nº 5.154/2004 e nº 6.302/2007 e estadual, contemplando a Lei Estadual nº 14.273/2008 e os Decretos Estaduais nº 30.282/2010 e nº 30.865/2012. Investigaram-se, também, os documentos orientadores da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) como os referenciais para a Oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Ceará e o Relatório de Gestão "O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará (2008-2014)", além do Manual Operacional do Modelo de Gestão da Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

Pesquisa bibliográfica: realizou-se uma revisão preliminar da literatura existente sobre a temática do estudo e as seções que compõem o referencial teórico. Esse levantamento considerou as obras mais recentes, sem, contudo, deixar de mencionar autores clássicos, cujas teorias e ideias são indispensáveis à pesquisa, procedendo-se à leitura de livros, artigos, dissertações e teses.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO: TRAJETÓRIA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS EEEPs NO CEARÁ

A gênese das EEEPs vincula-se ao redirecionamento normativo promovido pelo Decreto Federal nº 5.154/2004, que restabeleceu a articulação integrada entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, e ao fomento financeiro do Programa Brasil Profissionalizado (Decreto nº 6.302/2007). No plano estadual, a política foi institucionalizada pela Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, que autorizou o Poder Executivo a criar as escolas de tempo integral voltadas à preparação para o trabalho ver Quadro 1.

QUADRO 1. MARCO TEMPORAL DA REDE DE EEEPs NO CEARÁ

2007: Adesão ao Programa Brasil Profissionalizado (Decreto nº 6.302/2007)
2008: Lançamento das 25 unidades piloto (CEJOVEM) e Lei nº 14.273/2008
2010: Criação da Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP/SEDUC)
2011: Início das construções das unidades físicas "Padrão MEC"
2022-2023: Expansão consolidada com 131 unidades em mais de 110 municípios

A expansão da rede física deu-se de forma acelerada: o programa iniciou em agosto de 2008 com um projeto piloto composto por 25 escolas distribuídas em 20 municípios sob a denominação inicial de Centros Educacionais para a Juventude (CEJOVEM) atendendo a cerca de 4.181 estudantes em quatro cursos técnicos iniciais (Enfermagem, Informática, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho). Nos anos subsequentes, a rede expandiu-se continuamente, atingindo a marca de 131 unidades de ensino em 2022/2023, cobrindo a quase totalidade do território estadual e ofertando dezenas de cursos técnicos.

A arquitetura pedagógica das EEEPs fundamenta-se na jornada escolar em tempo integral, com nove aulas diárias (das 7h às 17h), três refeições gratuitas, fardamento e material didático. A estrutura curricular perfaz uma carga horária aproximada de 5.400 horas distribuídas ao longo de três anos, organizadas em três eixos integrados:

1. Base Nacional Comum: englobando as disciplinas propedêuticas obrigatórias da educação básica.

2. Formação Profissional: voltada aos conhecimentos técnicos específicos de cada curso, acrescida da carga horária obrigatória do estágio curricular supervisionado no terceiro ano.

3. Parte Diversificada: composta por unidades curriculares voltadas ao desenvolvimento socioemocional e cívico, como Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Empreendedorismo, Formação para a Cidadania e Horário de Estudo.

TRABALHO, GERENCIALISMO E SUBJETIVAÇÃO

O campo teórico da EPT estabelece que a integração entre ensino geral e formação técnica deve nortear-se pela perspectiva da formação humana integral ou omnilateral, na qual o trabalho é compreendido como princípio educativo ontológico, visando à superação da histórica dualidade estrutural que separa o trabalho manual do intelectual. Sob esse paradigma, a educação unitária busca articular ciência, cultura, tecnologia e trabalho para a emancipação crítica dos sujeitos.

Contudo, a análise documental revela que a matriz pedagógico-administrativa das EEEPs incorporou uma forte conotação mercadológica ao adotar a Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) como diretriz oficial de gestão, ver Quadro 2. A TESE foi gestada pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) como uma transposição direta da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) para a escola pública de tempo integral, modelo primeiramente experimentado no Ginásio Pernambucano.

QUADRO 2. MATRIZ CONCEITUAL DA TESE (TECNOLOGIA EMPRESARIAL SOCIOEDUCACIONAL)

MATRIZ CORPORATIVA: Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) / ICE
PRINCÍPIO REGENTE: "A educação de qualidade deve ser o negócio da escola"
FERRAMENTA OPERACIONAL: Ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act) / Gestão de Metas
PEDAGOGIA INTEGRADA: Pilares de Jacques Delors (Conhecer, Fazer, Conviver, Ser)
PRODUTO SUBJETIVO: Protagonismo Juvenil / "Empresário de si mesmo"

A TESE fundamenta-se na premissa explícita de que "a educação de qualidade deve ser o negócio da escola". Sob esse prisma gerencial, o diretor passa a atuar como um executivo/gerente, os professores como colaboradores focados em produtividade, e os

estudantes como clientes ou parceiros de um empreendimento. A rotina escolar é pautada por instrumentos corporativos de controle de qualidade, especialmente o Ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act), centrado na pactuação rigorosa de metas e no monitoramento constante de indicadores.

Para assegurar sua aceitação no espaço educacional, a TESE associou o instrumental gerencial da TEO às diretrizes do Relatório Jacques Delors para a UNESCO, incorporando os quatro pilares da educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Entretanto, essa junção culmina na difusão da Teoria do Capital Humano e da pedagogia das competências, fomentando o protagonismo juvenil e o empreendedorismo como mecanismos de subjetivação neoliberal. O jovem é instigado a gerenciar seu Projeto de Vida nos moldes de um plano de negócios individual, transformando-se no "empresário de si mesmo" responsável por sua própria empregabilidade diante do mercado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e discute os principais resultados da investigação, organizando a análise em três eixos complementares. Inicialmente, examina-se o desempenho das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) do Ceará nos indicadores oficiais de rendimento e nas avaliações em larga escala, como o IDEB e o SPAECE. Em seguida, aborda-se o destino dos egressos, evidenciando a contradição entre a finalidade declarada de inserção no mercado de trabalho e a trajetória efetivamente predominante de continuidade dos estudos no ensino superior. Por fim, os dados são interpretados à luz de aportes teórico-críticos da Educação Profissional e Tecnológica, considerando fatores como o processo seletivo de ingresso, a valorização social do diploma universitário, as determinações estruturais do capitalismo contemporâneo e a matriz gerencialista que orienta a gestão das EEEPs.

EFICÁCIA ESCOLAR MENSURÁVEL E O DESEMPENHO NAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

Os dados quantitativos oficiais e a literatura acadêmica evidenciam que a rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) do Ceará alcançou uma posição de

desempenho pedagógico destacado nas métricas das avaliações padronizadas em larga escala. Em exames como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), as escolas profissionais figuram sistematicamente nas posições de topo no estado. A título de ilustração, em 2019, das 100 escolas públicas brasileiras com os melhores resultados no IDEB, 21 pertenciam ao estado do Ceará, sendo 20 delas unidades da rede profissionalizante.

No âmbito dos indicadores internos de fluxo e rendimento escolar, as EEEPs mantêm taxas de aprovação elevadíssimas e índices residuais de reprovação e abandono. Em 2017, a rede registrou 98,60% de aprovação, 1,25% de reprovação e apenas 0,15% de abandono, consolidando um patamar qualitativo superior à média do ensino médio regular estadual. Esse desempenho é sustentado por fatores como a jornada escolar de tempo integral, o acompanhamento do Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) e uma infraestrutura física diferenciada voltada ao suporte pedagógico e laboratorial.

A CONTRADIÇÃO NO DESTINO DOS EGRESSOS: MERCADO DE TRABALHO VERSUS ENSINO SUPERIOR

Apesar dos expressivosd índices acadêmicos, a análise do destino dos egressos revela uma contradição estrutural entre a finalidade declarada da formação técnica (a inserção imediata no mercado de trabalho) e a efetiva trajetória dos estudantes. Conforme sistematizado pelos relatórios de gestão da SEDUC-CE e por pesquisas empíricas, constata-se uma inversão contínua nas taxas de destino dos formandos:

Os dados do relatório de gestão da SEDUC-CE (2008–2014) e de mapeamentos longitudinais apontam que o percentual cumulativo de inserção direta no mercado de trabalho fixou-se em apenas 12,9%, ao passo que o ingresso no Ensino Superior atingiu 29,9% (com 7,5% dos jovens atuando simultaneamente nas duas esferas), resultando em cerca de 50,3% de egressos fora de ambas as posições formais no momento do levantamento. Em termos anuais, enquanto a inserção no mercado técnico caiu de 27,7% em 2011 para 20,4% em 2014, a aprovação em Instituições de Ensino Superior (IES) manteve trajetória ascendente. Em números absolutos, registros do SIAP/webmapp apontam que, em 2015, 4.543 egressos ingressaram na universidade, contra apenas 1.860 inseridos no mercado de trabalho.

ISSN: 2358-8829

ANÁLISE TEÓRICO-CRÍTICA DAS DETERMINAÇÕES E FATORES CAUSAIS

Para interpretar esses achados sob uma perspectiva crítica e rigorosa no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), faz-se necessário articular os dados empíricos com as determinantes teóricas que perpassam a relação entre trabalho e educação:

A Seleção Meritocrática e o "Efeito Filtro": o ingresso nas EEEPs ocorre mediante processo seletivo pautado nas médias do histórico escolar do Ensino Fundamental. Como problematizado pela literatura acadêmica, esse mecanismo estabelece um viés de seleção ao capturar os estudantes com histórico prévio mais elevado e menor distorção idade-série. Assim, os altos índices no SPAECE e no IDEB podem ser parcialmente explicados pela concentração de discentes com forte capital cultural e aspirações acadêmicas prévias.

Cultura do Bacharelismo e Hierarquização dos Saberes: persiste na formação social brasileira a valoração do diploma de nível superior como o principal símbolo de prestígio e vetor de mobilidade social. Conforme observam Magalhães e Castioni, há uma desvalorização histórico-cultural dos cursos técnicos de nível médio em comparação com as carreiras universitárias. Esse traço sociocultural faz com que as famílias e estudantes utilizem a estrutura qualificada das EEEPs como uma plataforma de preparação para exames como o ENEM e vestibulares.

A Crise Estrutural do Capital e a "Inclusão Subordinada": sob a ótica do materialismo histórico-dialético, a incapacidade do setor produtivo em absorver os técnicos formados decorre da crise estrutural do capital e do padrão de acumulação flexível. Como ensina István Mészáros, a depressão contínua do sistema gera um desemprego estrutural que expulsa parcelas crescentes da força de trabalho. Ricardo Antunes e David Harvey destacam que a reestruturação produtiva e o toyotismo demandam uma força de trabalho desregulamentada e periférica. Ocorre, portanto, o que Acácia Kuenzer conceitua como "exclusão includente" ou "inclusão subordinada”: a política pública amplia a certificação profissional, mas o mercado capitalista oferece vagas precarizadas, desvio de função, subemprego ou exige formação em serviço para rebaixar os salários técnicos.

Teoria do Capital Humano, TESE e a Ideologia do Empreendedorismo: a matriz gestora das EEEPs apoia-se na Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) derivada da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e nos aportes da Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz. A TESE trata a educação sob a ótica gerencial como o "negócio da escola", operado pelo Ciclo PDCA e focado na gestão por resultados. Diante da incapacidade de absorção formal pelo mercado, o currículo recorre ao fomento da cultura do empreendedorismo e do protagonismo juvenil. Como apontam Machado e Rocha, essa retórica do "empresário de si mesmo" funciona como um amparo ideológico que transfere ao indivíduo a responsabilidade por sua inserção laboral, mascarando as falhas do modo de produção.

Em suma, a discussão dos resultados evidencia que a rede de EEEPs do Ceará consolidou-se como um espaço de excelência acadêmica na rede pública, mas encontra-se no centro das tensões entre a busca por uma formação integral omnilateral e as imposições da racionalidade gerencialista. A promessa ideológica da empregabilidade imediata choca-se contra os limites objetivos do capitalismo contemporâneo, convertendo a escola, pela via da resistência estudantil, em um canal privilegiado de acesso democratizado ao Ensino Superior público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública de Educação Profissional no Estado do Ceará expressa uma hibridização entre a esfera pública e a racionalidade gerencial privada. Ao incorporar a Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), ou seja, modelo oriundo da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) sob a condução do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), o Estado estruturou uma rede pública de tempo integral caracterizada pelo alto desempenho acadêmico em exames padronizados (IDEB e SPAECE) e por uma infraestrutura diferenciada. No entanto, ao fundamentar-se no Ciclo PDCA, na Teoria do Capital Humano e na gestão por resultados, o modelo subordina a organização escolar às demandas de produtividade e flexibilização do mercado de trabalho.

Em diálogo com as análises teórico-empíricas desenvolvidas ao longo do estudo, evidencia-se uma contradição estrutural entre o discurso oficial da empregabilidade

imediata e a efetiva trajetória dos estudantes. Enquanto a matriz curricular estimula o empreendedorismo e a "atitude empresarial" como vetores de autoresponsabilização, os dados revelam que o maior êxito da rede reside na aprovação e no direcionamento massivo dos egressos ao Ensino Superior. Em contrapartida, a absorção direta pelo mercado técnico atinge patamares reduzidos e declinantes, esbarrando na precarização do trabalho e na crise estrutural do capital, o que reitera as marcas históricas da dualidade estrutural.

A prospecção da aplicação empírica desta pesquisa para a comunidade científica manifesta-se na formulação e validação de Produtos Educacionais, tais como: guias didáticos, vídeos e módulos formativos). Tais ferramentas voltam-se à formação continuada de educadores e à intervenção pedagógica direta na parte diversificada do currículo (especialmente em disciplinas como Mundo do Trabalho e Projeto de Vida), instrumentalizando os docentes pela via da Pedagogia Histórico-Crítica para problematizar a ideologia mercadológica e promover a apreensão do trabalho em seu sentido ontológico.

Por fim, o estudo ressalta a oportunidade e a urgência de novas pesquisas no campo da EPT, sugerindo investigações longitudinais sobre o itinerário socioeconômico dos egressos no mercado produtivo, análises sobre os impactos do Novo Ensino Médio e das parcerias público-privadas na autonomia do trabalho docente, bem como avaliações acerca do desgaste socioemocional e da saúde mental dos discentes frente às exigências gerenciais. Conclui-se que o fortalecimento da Educação Profissional pública exige superar o reducionismo utilitarista, afirmando o trabalho como princípio educativo ontológico para que o avanço da rede de tempo integral se converta em efetiva emancipação intelectual, técnica e política da juventude trabalhadora.

Palavras-chave: Escolas Estaduais de Educação Profissional, Ensino Médio Integrado, Tecnologia Empresarial Socioeducacional, Formação profissionalizante, Educação unitária**.**

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 26 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/*ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm*. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 13 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/*ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm*. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/*ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm*. Acesso em: 10 mar. 2026.

CEARÁ. Decreto nº 30.282, de 28 de julho de 2010. Altera a estrutura organizacional e a distribuição dos cargos de direção e assessoramento superior da Secretaria da Educação. **Diário Oficial do Estado do Ceará**: série 3, Fortaleza, CE, 29 jul. 2010. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/. Acesso em: 10 mar. 2026.

CEARÁ. Decreto nº 30.865, de 3 de abril de 2012. Dispõe sobre a seleção e composição dos profissionais para atuação nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. **Diário Oficial do Estado do Ceará**: série 3, Fortaleza, CE, 4 abr. 2012. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/. Acesso em: 10 mar. 2026.

CEARÁ. Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**: série 2, ano XI, n. 245, Fortaleza, CE, p. 1, 23 dez. 2008. Disponível em: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2008/14273.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Referenciais para a oferta do Ensino Médio Integrado à educação profissional da rede estadual de ensino do Ceará*. Fortaleza: SEDUC, 2013.

CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. *Relatório de gestão "O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014"*. 1. ed. Fortaleza: SEDUC, 2014.

DELORS, Jacques (org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. *Modelo de gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE): uma nova escola para a juventude brasileira (escolas de ensino médio em tempo integral)*. Manual operacional. Recife: ICE, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007.

MACHADO, Antônia Rozimar; ROCHA, João Paulo Oliveira; ANDRADE, Yago Joca. O empresariamento da educação pública estadual cearense no contexto neoliberal: a experiência do ensino médio integrado à educação profissional. In: MACHADO, Antônia Rozimar et al. (org.). *Experiências e pesquisas em educação: rumos, perspectivas e desafios*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MAGALHÃES, Marcos. *A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio*: Pernambuco cria, experimenta e aprova. Recife: LPC Virtual, 2008.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

ODEBRECHT, Norberto. *Sobreviver, crescer e perpetuar*: tecnologia empresarial Odebrecht. 2. ed. Salvador: Odebrecht, 1987.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano*: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.